



Eol Maral II Spe S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Eol Maral II Spe S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eol Maral II Spe S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na



Eol Maral II Spe S.A.

elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Eol Maral II Spe S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 18 de maio de 2026

A handwritten signature in black ink that reads 'PricewaterhouseCoopers' in a cursive script.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Daniel Rodrigues de Oliveira
Assinado por: DANIEL RODRIGUES DE OLIVEIRA-31574423843
CPF: 31574423843
Data/Hora da Assinatura: 18 de maio de 2026 | 15:45 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Emprego: AC SyngeneID Multiple
C8823729140408...

Daniel Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP247874/O-3

Conteúdo

Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado.....	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12
1 Contexto operacional	12
2 Base de preparação e políticas contábeis materiais	12
3 Gerenciamento de riscos	21
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	22
5 Aplicações financeiras vinculadas	22
6 Contas a receber de clientes	23
7 Imobilizado	24
8 Outras contas a pagar	25
9 Empréstimos e financiamentos	25
10 Comissões de fianças a pagar	26
11 Provisão para desmobilização.....	27
12 Patrimônio líquido	27
13 Receita líquida de vendas	28
14 Custos operacionais	28
15 Despesas gerais ou administrativas	28
16 Resultado financeiro.....	29
17 Partes relacionadas	29
18 Instrumentos financeiros	30
19 Imposto de renda e contribuição social correntes.....	30
20 Contingências	31

Balancos patrimoniais

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	01/01/2024 (Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	4	24.085	23.044	22.307
Contas a receber de clientes	6	2.212	2.270	1.937
Outros créditos		1.565	1.760	1.676
Total do Ativo Circulante		27.862	27.074	25.920
Aplicações financeiras vinculadas	5	2.559	2.298	—
Outros créditos		—	94	—
Realizável à longo prazo		2.559	2.392	—
Imobilizado	7	114.688	119.731	126.581
Intangível		5.007	5.428	5.610
		119.695	125.159	132.191
Total do Ativo Não Circulante		122.254	127.551	132.191
Total do Ativo		150.116	154.625	158.111

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	01/01/2024 (Reapresentado)
Fornecedores		306	834	409
Dividendos a pagar	17	70	—	—
Empréstimos e financiamentos	9	2.910	2.239	2.126
Obrigações fiscais		163	193	100
Imposto de renda e contribuição social	19	234	186	225
Comissões de fianças a pagar	10	1.215	1.349	1.354
Outras contas a pagar	8	3.039	2.895	25
Total do Passivo Circulante		7.937	7.696	4.239
Empréstimos e financiamentos	9	59.287	62.286	66.287
Comissões de fianças a pagar	10	6.910	8.658	10.007
Outras contas a pagar		—	—	396
Provisão para desmobilização	11	1.987	1.756	1.553
Total do Passivo Não circulante		68.184	72.700	78.243
Passivo Total		76.121	80.396	82.482
Patrimônio líquido	12			
Capital social		72.666	72.666	72.666
Reserva legal		1.120	849	915
Reserva de lucros a distribuir		209	714	2.048
Total do Patrimônio Líquido		73.995	74.229	75.629
Total do Passivo e Patrimônio líquido		150.116	154.625	158.111

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

	Nota	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Receita líquida de vendas	13	17.242	16.594
Custos operacionais	14	(12.280)	(13.653)
Lucro bruto		4.962	2.941
Despesas gerais ou administrativas	15	(381)	(804)
Outras receitas operacionais		37	577
Despesas operacionais		(344)	(227)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		4.618	2.714
Receitas financeiras	16	3.375	2.214
Despesas financeiras	16	(5.693)	(5.214)
Resultado financeiro		(2.318)	(3.000)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		2.300	(286)
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(1.751)	(1.303)
Lucro (Prejuízo) do exercício		549	(1.589)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Lucro (Prejuízo) do exercício	549	(1.589)
Outros resultados abrangentes - ORA	—	—
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	—	—
Resultado abrangente total	549	(1.589)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		72.666	1.105	2.047	—	75.818
Ajustes de exercícios anteriores			(190)		190	—
Prejuízo do exercício		—	—	—	(1.589)	(1.589)
Absorção de prejuízos	12	—	(66)	(1.333)	1.399	—
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)		72.666	849	714	—	74.229
Lucro do exercício		—	—	—	549	549
Absorção de prejuízos	12	—	256	—	(256)	—
Destinação do Lucro						
Reserva legal	12	—	15	—	(15)	—
Dividendos obrigatórios	12	—	—	—	(70)	(70)
Dividendos adicionais distribuídos	12	—	—	(714)	—	(714)
Reserva de lucros a distribuir	12	—	—	209	(209)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2025		72.666	1.120	209	—	73.995

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Nota	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) do exercício		549	(1.589)
Ajustes para:			
Depreciação	7	6.005	6.864
Amortização Intangível		421	207
Rendimento de aplicações	5	(305)	(2.214)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9	4.247	4.606
Imposto de renda e contribuição social	19	1.751	—
Apropriação do custo de captação	9	3.088	583
Outros		231	552
		15.987	9.009
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		58	(333)
Despesas antecipadas		—	(527)
Outros créditos		290	—
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		—	(25)
Fornecedores		(528)	425
Obrigações trabalhistas		—	13
Obrigações fiscais		(626)	992
Comissões de fianças a pagar		(1.882)	—
Outras contas a pagar		144	2.594
Caixa gerado pelas atividades operacionais		13.443	12.148
Impostos pagos sobre o lucro	19	(1.063)	(1.048)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		12.380	11.100
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	5	—	(84)
Aquisição de imobilizado	7	(962)	(14)
Aquisição de intangível		—	(25)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(962)	(123)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos a acionistas	12	(714)	—
Amortizações de principal - empréstimos e financiamentos	9	(3.697)	(3.700)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	9	(4.426)	(4.519)
Custo de captação - empréstimos e financiamentos	9	(1.540)	(2.021)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(10.377)	(10.240)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		1.041	737
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	23.044	22.307
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	24.085	23.044
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		1.041	737

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A EOL Maral II SPE S.A. ("Companhia") foi constituída em 03 de abril de 2019 e tem por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração do empreendimento de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica denominado EOL Filgueira II e a comercialização de energia elétrica.

O empreendimento possui 28.4 MW de capacidade instalada, está localizado em Areia Branca (RN) e entrou em operação comercial plena a partir do dia 21 de setembro de 2021. A Companhia firmou em 14 de junho de 2018 um Contrato de Energia Incentivada ("CEI"), na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Companhia Energética de Minas Gerais ("CEMIG"). Em consonância com seu segmento de atuação, a Companhia mantém um contrato exclusivo com a CEMIG, seu único cliente. As demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CEMIG, pelo prazo de 20 anos, ao preço de R\$ 142,17/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo ("IPCA"). A partir de setembro de 2021, a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato.

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 18 de maio de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A Companhia não apresentava julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeira em 31 de dezembro de 2025.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **2.8 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)** – vida útil do ativo imobilizado: determinar a expectativa de vida útil dos equipamentos e componentes do empreendimento, conforme relatório de consultoria especializada.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Reapresentação das cifras comparativas

Durante o exercício de 2025, a Companhia revisou sua metodologia de contabilização de custos de transação, especificamente no que tange às fianças bancárias atreladas aos seus contratos de financiamento. Identificou-se que o critério anteriormente adotado, registros mensais dos valores a pagar das fianças bancárias com respectiva contrapartida no resultado financeiro, não refletia adequadamente a exigência do CPC 48 – Instrumentos Financeiros em relação aos custos de transação. Após a aplicação de nova metodologia, os custos das fianças bancárias passaram a ser apropriados ao resultado pelo método de taxa de juros efetiva, conforme o prazo de vigência das garantias. Os ajustes foram realizados nas informações anuais e apresentados na tabela a seguir:

(a) Balanço patrimonial

1º de janeiro de 2024				
Ativo	Anteriormente apresentado	Ajustes (a)	Ajustes (b)	Saldo reapresentado
Outros	158.111	—	—	158.111
Total ativo	158.111	—	—	158.111

EOL Maral II SPE S.A.
Notas Explicativas
em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Passivo

Empréstimos e financiamentos	8.087	(1.535)	(4.426)	2.126
Comissões de fianças a pagar	—	1.354	—	1.354
Outros	759	—	—	759
Total Passivo Circulante	8.846	(181)	(4.426)	4.239

Empréstimos e financiamentos	71.497	(9.636)	4.426	66.287
Comissões de fianças a pagar	—	10.007	—	10.007
Outros	1.949	—	—	1.949
Total Passivo Não Circulante	73.446	371	4.426	78.243

Patrimônio líquido

Reserva de lucros a distribuir	2.048	—	—	2.048
Reserva legal	1.105	(190)	—	915
Capital social	72.666	—	—	72.666
Patrimônio líquido	75.819	(190)	—	75.629

Passivo e patrimônio líquido	158.111	—	—	158.111
-------------------------------------	----------------	----------	----------	----------------

31 de dezembro de 2024

Ativo	Anteriormente apresentado	Ajustes (a)	Ajustes (b)	Saldo reapresentado
Outros	154.625	—	—	154.625
Total ativo	154.625	—	—	154.625

Passivo

Empréstimos e financiamentos	11.596	(1.578)	(7.779)	2.239
Comissões de fianças a pagar	—	1.349	—	1.349
Outros	4.108	—	—	4.108
Total Passivo Circulante	15.704	(229)	(7.779)	7.696

Empréstimos e financiamentos	62.680	(8.173)	7.779	62.286
Comissões de fianças a pagar	—	8.658	—	8.658
Outros	1.756	—	—	1.756
Total Passivo Não Circulante	64.436	485	7.779	72.700

Patrimônio líquido

Reserva legal	1.105	(256)	—	849
Reserva de lucros a distribuir	714	—	—	714
Capital social	72.666	—	—	72.666
Patrimônio líquido	74.485	(256)	—	74.229

Passivo e patrimônio líquido	154.625	—	—	154.625
-------------------------------------	----------------	----------	----------	----------------

(b) Demonstrações do resultado e resultado abrangente

31 de dezembro de 2024			
Descrição	Anteriormente apresentado	Ajustes (a)	Saldo reapresentado
Despesa financeiras	(4.958)	(256)	(5.214)
Outros	3.625	—	3.625
Prejuízo do exercício	(1.333)	(256)	(1.589)
Total do resultado abrangente	(1.333)	(256)	(1.589)

(c) Demonstração das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2024			
Descrição	Anteriormente apresentado	Ajustes (b)	Saldo reapresentado
Capital social	72.666	—	72.666
Reserva legal	1.105	(256)	849
Reserva de lucros a distribuir	714	—	714
Total do patrimônio líquido	74.485	(256)	74.229

(d) Demonstração dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2024			
Descrição	Anteriormente apresentado	Ajustes (a)/(c)	Saldo reapresentado
Prejuízo do exercício	(1.333)	(256)	(1.589)
Apropriação do custo de captação	327	256	583
Outros	10.015	—	10.015
Ajustes para:	9.009	—	9.009
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(4.519)	4.519	—
Outros	11.100	—	11.100
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	6.581	4.519	11.100
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(123)	—	(123)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	—	(4.519)	(4.519)
Outros	(5.721)	—	(5.721)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(5.721)	(4.519)	(10.240)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	737	—	737

- (a) Apropriação de custos de transação considerando o método de taxa de juros efetiva garantindo que o passivo e a despesa reflitam o prazo de vigência das garantias.
- (b) Reclassificação patrimonial entre curto e longo prazo. O ajuste corrige a segregação das parcelas de empréstimos e financiamentos, adequando a apresentação da liquidez da Companhia no balanço patrimonial.
- (c) Reclassificação dos juros pagos para o fluxo de atividades de financiamento, conforme mudança de política contábil detalhada na [Nota 2.12 Mudanças nas principais políticas contábeis](#).

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere, nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras vinculadas.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, dividendos a pagar e outras contas a pagar.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não identificou quaisquer indícios de *impairment* com relação aos seus ativos não financeiros.

2.8 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), para os componentes do empreendimento, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena da Companhia.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com relatório de unitização do empreendimento, elaborado por consultoria especializado, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE"), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Provisão para desmobilização de ativos

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

2.9 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.10 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.11 Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A Companhia possui um único contrato de PPA (Power Purchase Agreement), com a CEMIG Geração e Transmissão, para venda de 100% da geração mensal efetiva da Companhia, pelo período de 20 anos.

2.12 Mudanças nas principais políticas contábeis

- (a) Classificação dos juros pagos sobre financiamentos de longo prazo nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Até 31 de dezembro de 2024, a Administração classificava os juros pagos sobre dívidas de longo prazo como atividade operacional nas demonstrações dos fluxos de caixa. A partir de 1º de janeiro de 2025, esses valores passaram a ser classificados como fluxos das atividades de financiamento. O propósito desta mudança é apresentar de forma fidedigna a transação dada a sua natureza, e foi adotada porque tais dívidas foram contratadas para viabilizar a construção dos empreendimentos (CAPEX) e serão liquidadas no longo prazo. Em 31 de dezembro de 2024, o impacto representava o montante de R\$4.519 no fluxo de caixa, conforme tabela abaixo:

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2024	Anteriormente apresentado	Ajustes	Saldo atual
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(4.519)	4.519	—
Outros	11.100	—	11.100
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	6.581	4.519	11.100
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(123)	—	(123)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	—	(4.519)	(4.519)
Outros	(5.721)	—	(5.721)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(5.721)	(4.519)	(10.240)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	737	—	737

2.13 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. A Companhia está em processo de avaliação dos requerimentos e impactos da adoção das novas normas e alterações listadas abaixo para os próximos exercícios anuais:

- (i) Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo Internacional Sustainability Standards Board (“ISSB”) – IFRS S1 e IFRS S2. A obrigatoriedade de divulgação está prevista para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2026.
- (ii) Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras – IFRS 18, vigente para os exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2027.
- (iii) Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras – IFRS 19, vigente para os exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2027.
- (iv) Reforma tributária brasileira sobre o consumo, mudanças significativas no sistema tributário nacional, a transição começará em 2026 de forma escalonada, com implementação integral em 2033.
- (v) Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 - Instrumentos financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações ao IFRS 7 - Instrumentos financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza, como energia eólica, energia solar, entre outras, descritos como ‘contracts referencing nature-dependent electricity’. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem principalmente: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de 'own use', (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026.

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao empreendimento.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações são autorizadas e aprovadas pela controladoria, e aplicações que não estejam previstas na política são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A Administração da Companhia estabelece um montante mínimo de posição em caixa. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, a Administração estabelece no orçamento o caixa mínimo a ser mantido na Companhia. Todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos através do FIC Domus Ventis ("FIC Consolidador").

Com relação às contas a receber de clientes, pelo fato de a Companhia vender a energia gerada única e exclusivamente para a CEMIG, a Administração não observa exposição ao risco de crédito.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. O principal passivo financeiro contratado é o financiamento com o BNB, apresentado na nota 9.

A Administração monitora o nível esperado de entradas e saídas de seu fluxo de caixa, de forma a garantir suprimento adequado para a operação. Adicionalmente, os saldos das contas reserva vinculadas podem ser utilizados para cobertura temporária de caixa para o serviço da dívida.

(iv) Risco de mercado

Risco de Mercado é a possibilidade de perdas financeiras decorrentes da variação nos preços de mercado dos ativos e passivos da Companhia, incluindo, mas não se limitando a taxas de juros, taxas de câmbio, preços de commodities e ações. Esse risco impacta diretamente a avaliação de instrumentos financeiros e a exposição econômica da empresa, podendo afetar tanto o valor justo quanto os fluxos de caixa futuros. A Administração monitora e gerencia sua exposição ao risco de mercado por meio de análises de sensibilidade e modelos de mensuração.

A Administração não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2025 e 2024 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira. A dívida contratada pela Companhia, apresentada na nota 9, possui riscos de mercado associados à volatilidade do IPCA.

Análise de sensibilidade

Descrição	Saldo 31/12/2025	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Fundo de investimentos restritos	24.081	Baixa do CDI	23.438	22.836
Efeito no resultado	2.377		1.734	1.132
Saldo de aplicações financeiras	2.559	Baixa do CDI	2.331	2.408
Efeito no resultado	305		76,77	154
Empréstimos e financiamentos	73.375	Alta do IPCA	75.512	73.237
Efeito no resultado	4.247		6.384	4.109

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	4	153
Aplicações financeiras (a)	—	22.891
Aplicações financeiras - fundos restritos (a)	24.081	—
Total	24.085	23.044

(a) A Companhia possuía aplicações alocadas em fundo de investimentos, classificados em caixa e equivalentes de caixa, e encontravam-se disponíveis para resgate a qualquer momento. Esses fundos não têm prazo determinado para o seu encerramento uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da Administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2025 foi de 13,35% a.a (10,12% a.a em 31 de dezembro de 2024).

5 Aplicações financeiras vinculadas

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras vinculadas	2.559	2.298
Total	2.559	2.298
Ativo não circulante	2.559	2.298

As aplicações financeiras de longo prazo são mantidas no Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") em conta de fundo de liquidez constituído por meio do contrato de financiamento com o BNB em 27 de dezembro de 2019. Tais recursos serão mantidos por todo período do mesmo instrumento, sendo os valores dados em garantia e podendo ser utilizados pelo banco para pagamento de obrigações relacionadas ao contrato de financiamento. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 13,35% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (10,12% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	2.298	—
Rendimento de aplicações	305	2.214
Retenção de imposto de renda sobre rendimentos	(44)	—
Aplicações financeiras	—	84
Saldos finais	2.559	2.298

6 Contas a receber de clientes

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia - terceiros	2.212	2.270
Total	2.212	2.270

Em 31 de dezembro de 2025, a administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber por não haver perdas históricas, essa decisão é fundamentada no fato de que a Companhia tem como único e principal cliente a CEMIG, que possui histórico consistente de pagamentos pontuais e não apresenta registros de inadimplência.

A Companhia não apresentava títulos vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

7 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	136.466	(22.881)	113.585	118.642
Equipamentos de Processamento de Dados	20,00 %	78	(15)	63	5
Móveis e Utensílios	6,25 %	5	—	5	—
Provisão para desmobilização	2,86%	1.227	(192)	1.035	1.084
Total		137.776	(23.088)	114.688	119.731

b. Movimentação do imobilizado

Descrição	31/12/2024	Adições	Adição Depreciação	31/12/2025
Máquinas e equipamentos	118.642	884	(5.941)	113.585
Equipamentos de Processamento de Dados	5	73	(15)	63
Móveis e Utensílios	—	5	—	5
Provisão para desmobilização	1.084	—	(49)	1.035
Total	119.731	962	(6.005)	114.688

Descrição	31/12/2023	Adições	Adição Depreciação	31/12/2024
Máquinas e equipamentos	125.449	9	(6.816)	118.642
Equipamentos de Processamento de Dados	—	5	—	5
Provisão para desmobilização	1.132	—	(48)	1.084
Total	126.581	14	(6.864)	119.731

8 Outras contas a pagar

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais - Compra de energia	2.856	2.215
Apólice de seguros	—	456
Fornecedores nacionais - Compra de serviços	183	224
Total	3.039	2.895

- (a) Corresponde aos valores estimados a serem ressarcidos à Companhia Energética de Minas Gerais ("CEMIG"), em função da geração de energia entregue abaixo dos níveis estabelecidos no contrato de compra e venda de energia firmado entre as partes. Os valores provisionados são calculados com base na diferença entre a energia contratada e a efetivamente entregue, considerando as penalidades e metodologias previstas em contrato.

9 Empréstimos e financiamentos

Em 27 de dezembro de 2019, a Companhia celebrou contrato de financiamento com o BNB no valor de R\$76.662, destinado à operação do empreendimento, providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE").

Os encargos da operação correspondem à taxa composta (i) pela variação acumulada do IPCA e (ii) pela taxa de juros prefixada de 1,3579% ao ano. O período total de pagamento é de 233 meses com carência de 20 meses, sendo a primeira prestação liquidada em 15 de agosto de 2022 e a última prestação a ser liquidada em 15 de janeiro de 2042.

Os *covenants* do contrato firmado são aqueles usuais (não financeiros) para operações de empréstimo de longo prazo contratados junto ao BNB, e a garantia dele se dá por meio de fiança bancária, que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do empreendimento, e por conta reserva (fundo de liquidez).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia encontrava-se inadimplente com os *covenants* estabelecidos no contrato.

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
BNB	73.375	77.251
(-) Custo de captação	(11.178)	(12.726)
Total	62.197	64.525
Circulante	2.910	2.239
Não circulante	59.287	62.286

b. Movimentação da conta

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Saldos em 1º de janeiro	64.525	68.413
Juros incorridos	4.247	4.606
Pagamento de principal	(3.697)	(3.700)
Pagamento de juros	(4.426)	(4.520)
Apropriação do custo de captação	3.088	1.747
Provisão custos de transação	—	—
Custo de captação pago no exercício	(1.540)	(2.021)
Saldos em 31 de dezembro	62.197	64.525
Circulante	2.910	2.239
Não Circulante	59.287	62.286

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Vencimento	31/12/2025		31/12/2024 (Reapresentado)	
	Valor	%	Valor	%
2026	—	—%	3.952	5 %
2027	3.387	5%	3.387	5 %
2028	3.461	5%	3.461	5 %
2029	3.605	5%	3.605	5 %
2030	3.755	5%	3.755	5 %
2031	3.910	6%	3.910	5 %
2032	4.072	6%	4.072	6 %
2033	4.381	6%	4.381	6 %
2034	4.558	7%	4.558	6 %
2035	4.728	7%	4.728	6 %
2036	4.904	7%	4.904	7 %
2037	5.087	7 %	5.087	7 %
2038	5.275	8 %	5.275	7 %
2039	5.638	8 %	5.638	8 %
2040	5.863	8 %	5.863	8 %
2041	6.170	9 %	6.170	8 %
2042	516	1 %	516	1 %
Total parcelas - longo prazo	69.310	100 %	73.262	100 %
(-) Custo de transação - longo prazo	(10.023)		(10.976)	
Saldo total - longo prazo	59.287		62.286	

10 Comissões de fianças a pagar

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava saldo de fianças bancárias a pagar, refletindo comissões previstas e ainda não liquidadas até a data-base. Esse saldo encontrava-se segregado entre circulante e não circulante, de acordo com o vencimento esperado das obrigações, em consonância com os prazos contratuais das garantias e com o cronograma de amortização das dívidas subjacentes.

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Comissões de fianças a pagar	8.125	10.007
Total	8.125	10.007
Circulante	1.215	1.349
Não circulante	6.910	8.658

11 Provisão para desmobilização

Conforme determinado em contratos com proprietários de terras, considerada a entrada em operação do empreendimento, foi provisionado pela Companhia o valor estimado para as despesas que serão incorridas pelo desmantelamento dos equipamentos e pela restauração e recuperação dos terrenos. A estimativa foi mensurada utilizando o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação, pelo período de 25 anos, usando uma taxa de desconto. A taxa de desconto utilizada para o valor presente dos fluxos de caixa é uma taxa de juros livre de risco, sendo utilizada na EOL Maral II SPE S.A. no momento do reconhecimento da provisão, a taxa dos títulos do governo brasileiro com vencimento em 10 anos (NTNF). As estimativas incluem desmobilização de todos os bens equipamentos de geração, medição instalados e afixados nos terrenos que sejam relacionados à Companhia.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para desmobilização	1.987	1.756
Total	1.987	1.756

12 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$72.666 em 31 de dezembro de 2025 (R\$72.666 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 72.665.983 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionistas	31/12/2025			31/12/2024		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
TotalEnergies Maral Participações S.A.	100%	72.666	72.665.983	100%	72.666	72.665.983
Total	100%	72.666	72.665.983	100%	72.666	72.665.983

Dividendos mínimos obrigatórios

Dentre as principais determinações do estatuto social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de dividendos não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2025 , a Companhia constituiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$70 (R\$0 em 31 de dezembro de 2024).

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$15 (R\$519 em 31 de dezembro de 2024).

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2025 foi constituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$209 (R\$0 em 31 de dezembro de 2024).

Dividendos pagos a acionistas

Durante o exercício de 2025 a Companhia realizou pagamentos a título de dividendos no montante de R\$714.

13 Receita líquida de vendas

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia elétrica	20.956	19.606
Venda de I-RECs	—	30
PIS e Cofins sobre vendas	(761)	(721)
Outras deduções	(2.953)	(2.321)
Total	17.242	16.594

14 Custos operacionais

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Custos com pessoal	(241)	(222)
Depreciação	(6.005)	(6.864)
Serviços - pessoa jurídica	(505)	(394)
Gastos operacionais – geração energia	(1.910)	(1.993)
Seguros	(376)	(349)
Gastos com propriedades	(291)	(527)
Gastos com manutenção	(2.166)	(2.922)
Outros custos	(786)	(382)
Total	(12.280)	(13.653)

15 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	(365)	(723)
Tributos e contribuições	(4)	—
Despesas com informática e telecomunicações	—	(29)
Outras despesas gerais ou administrativas	(12)	(52)
Total	(381)	(804)

(a) Do montante divulgado em 31 de dezembro de 2025, R\$ 324 (R\$ 416 em 31 de dezembro de 2024) referem-se a gastos com partes relacionadas, conforme divulgado na nota 17 – Partes relacionadas.

16 Resultado financeiro

Descrição	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações	3.306	2.214
Outras receitas financeiras	69	—
Total	3.375	2.214
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(9)	(8)
Juros sobre empréstimos e financiamento	(4.247)	(4.606)
Juros sobre provisão de desmobilização	(230)	(203)
Apropriação do custo de transação	(1.207)	(377)
Outras despesas financeiras	—	(20)
Total	(5.693)	(5.214)
Resultado financeiro	(2.318)	(3.000)

17 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Passivo	70	—
Dividendos a pagar (a)	70	—
Dividendos a pagar para partes relacionadas	70	—
Resultado	(324)	(416)
Despesas gerais ou administrativas	(324)	(416)
Serviços tomados - pessoa jurídica (b)	(324)	(416)

(a) As Controladas possuíam em 31 de dezembro de 2025 e 2024, saldos incorridos com a Casa dos Ventos S.A. relativos a contrato de prestação de serviços administrativos, com a finalidade de gestão dos ativos e atividades de backoffice.

Remuneração da Administração

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os Diretores não farão jus a qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

18 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	Mensuração o do valor justo	31/12/2025		31/12/2024 (Reapresentado)	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa		24.085	24.085	23.044	23.044
Contas a receber de clientes		2.212	2.212	2.270	2.270
Aplicações financeiras vinculadas		2.559	2.559	2.298	2.298
Fornecedores		(306)	(306)	(834)	(834)
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	(62.197)	(73.375)	(64.525)	(77.251)
Dividendos a pagar		(70)	(70)	—	—
Outras contas a pagar		(3.039)	(3.039)	(2.895)	(2.895)
Total		(36.756)	(47.934)	(40.642)	(53.368)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia são avaliados ao custo amortizado.

b. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Empréstimos e financiamentos	O valor justo calculado considera: (i) o fluxo de pagamento de parcelas futuras previstas no contrato de financiamento, com juros pós fixados (ii) menos o custo de captação embutido no saldo contábil da rubrica de empréstimos e financiamentos.	Não aplicável	Não aplicável

19 Imposto de renda e contribuição social correntes

a. Composição do saldo no resultado:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda - corrente	(1.227)	(912)
Contribuição social - corrente	(524)	(391)
Total	(1.751)	(1.303)

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia	20.956	17.285
Alíquota de presunção (IRPJ)	8%	8%
Lucro presumido	1.677	1.383
Outras receitas não operacionais	3.375	2.214
Alíquota vigente	15%	15%
Alíquota vigente IRPJ adicional	10%	10%
Imposto de renda corrente	(1.227)	(912)
Alíquota de presunção (CSLL)	12%	12%
Lucro presumido	2.515	2.074
Outras receitas não operacionais	3.375	2.214
Alíquota vigente	9%	9%
Contribuição social corrente	(524)	(391)
Alíquota efetiva (%)	(76,1%)	455,6%

c. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	186	225
Imposto de renda e contribuição social no exercício	1.751	1.303
Impostos pagos sobre o lucro	(1.063)	(1.046)
Compensações no exercício	(640)	(296)
Saldos finais	234	186

20 Contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. Contingências identificadas como perda remota não são contabilizadas, nem divulgadas; contingências identificadas como perda possível são apenas divulgadas; e contingências identificadas como perda provável são contabilizadas e divulgadas nas demonstrações financeiras. A Companhia revisa suas estimativas e premissas continuamente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 4902B7D4-B19A-4604-A630-F5F913645C55

Status: Concluído

Assunto: Complete com a Docusign: Eol Maral II Spe S.A.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 31

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Ronaldo Melo

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmino Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

ronaldo.melo@pwc.com

Endereço IP: 134.238.159.50

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Ronaldo Melo

Local: DocuSign

18 de maio de 2026 | 15:25

ronaldo.melo@pwc.com

Status: Original

Portador: CEDOC Brasil

Local: DocuSign

18 de maio de 2026 | 16:46

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

@pwc.com

Eventos do signatário

Assinatura

Registro de hora e data

Daniel Rodrigues de Oliveira

daniel.oliveira@pwc.com

Partner

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

DocuSigned by:

Daniel Rodrigues de Oliveira

C8823729214040B...

Enviado: 18 de maio de 2026 | 15:25

Visualizado: 18 de maio de 2026 | 16:45

Assinado: 18 de maio de 2026 | 16:45

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP-Brasil

Emissor: AC SyngularID Multipla

Assunto: CN=DANIEL RODRIGUES DE OLIVEIRA:31574423843

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 200.182.197.164

Política de certificado:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularid-multipla.pdf>

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Ronaldo Melo ronaldo.melo@pwc.com Manager Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 18 de maio de 2026 16:46 Visualizado: 18 de maio de 2026 16:46 Assinado: 18 de maio de 2026 16:46
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	18 de maio de 2026 15:25
Entrega certificada	Segurança verificada	18 de maio de 2026 16:45
Assinatura concluída	Segurança verificada	18 de maio de 2026 16:45
Concluído	Segurança verificada	18 de maio de 2026 16:45

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------